



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

BIBLIOTECA
DIGITAL
DE PERIÓDICOS
BDP | UFPR

revistas.ufpr.br

As mudanças nas relações do trabalho e dos modelos produtivos da garimpagem de ouro na região do Tapajós

Changes in labor relationships and in gold mining production models in Tapajós region

Carlos de Matos BANDEIRA JUNIOR^{1*}, Luciana Gonçalves CARVALHO¹

¹ Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém, PA, Brasil.

* E-mail de contato: carlosjrffotografo@gmail.com

Artigo recebido em 31 de agosto de 2021, versão final aceita em 18 de outubro de 2022, publicado em 6 de outubro de 2023.

RESUMO:

O objetivo deste artigo é compreender como se desenvolveram as relações de trabalho, em compasso com as mudanças técnicas ocorridas nos garimpos de ouro na calha do rio Tapajós, sob a perspectiva de pessoas que neles atuaram nos anos 1950 a 1980. Secundariamente, o artigo analisa como a organização social, as moralidades, as práticas produtivas e as percepções dos garimpeiros quanto ao uso dos recursos naturais colidiram com os novos paradigmas relativos ao meio ambiente a partir da década de 1970. O método de análise articula a memória coletiva de ex-garimpeiros e estudos teóricos que discutem os contextos políticos, marcos legais e problemas que circundam a mineração artesanal e de pequena escala. Percebe-se a frente econômica da garimpagem na condição de liminaridade, apesar de sua relevância econômica para as cidades e comunidades da região. Com grande capacidade de absorção de mão de obra, a economia garimpeira estrutura-se em condições de informalidade e ilegalidade, e seus métodos de produção apresentam alto potencial de degradação do meio ambiente. Produtos utilizados nos garimpos e rejeitos deles derivados prejudicam significativamente o ecossistema aquático na bacia do Tapajós e ameaçam a segurança alimentar das comunidades tradicionais e povoados vizinhos às zonas garimpeiras. A despeito das normas referentes a essa modalidade de exploração mineral, a União tem sido incapaz de controlar e regular efetivamente a mineração de pequena escala no país, e resta uma distância imensa entre a prescrição e a prática nos garimpos do Tapajós.

Palavras-chave: garimpo de ouro; relações de trabalho; memória; meio ambiente.

ABSTRACT: The aim of the current article is to investigate how labor relationships have developed along with technical

changes taking place in wildcat gold mining camps (*garimpos*) in Tapajós River's channel, from the perspective of people who have worked in them, from the 1950s to the 80s. Secondly, the article is also an analysis on how social organization, morality-production practices and wildcat gold miners' perceptions about using natural resources collided to the new environmental paradigms observed from the 1970s, on. The analysis method gathers the collective memory of former gold miners and theoretical studies about the political contexts, legal frameworks and issues linked to both artisanal and small-scale mining. It is possible observing the economic front of mining as injunction condition, despite its economic relevance for cities and communities in the region. Given its high capacity to absorb manpower, the mining economy is based on informality and illegality conditions, and its production methods have great potential to degrade the environment. Products used in mining procedures and their waste significantly harm the aquatic ecosystem in Tapajós basin and threaten food security of both traditional communities and mining-zone neighboring settlements. Despite the standards set for this mineral exploration modality, the State has been incapable of effectively controlling and regulating small-scale mining in the country; still, there is a long way between prescription and practice in Tapajós' mining.

Keywords: small-scale gold mining; labor relationships; memory; environment.

1. Introdução

Nos últimos anos da década de 1950, jazidas de ouro foram descobertas no rio das Tropas e na calha do rio Tapajós, no município de Itaituba, no sudoeste paraense. Esses achados atraíram grandes contingentes de trabalhadores, transformando a exploração aurífera em uma importante frente econômica no contexto das políticas de desenvolvimento, ocupação e integração da Amazônia ao restante do território nacional (Salomão, 1984; Cleary, 1992; Mathis, 1995; Becker, 2007). O propósito central deste artigo é compreender as relações de trabalho nos garimpos de ouro na região do Tapajós sob a perspectiva de pessoas que neles atuaram, entre as décadas de 1950 e 1980.

Para chegar ao objetivo delineado, este texto está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima seção apresenta uma breve contextualização das políticas de desenvolvimento executadas pelo governo brasileiro a partir dos anos 1930. Embora fuja do recorte temporal delimitado neste artigo, remontar

a esse período, à Era Vargas e à gestão de Juscelino Kubitschek, é fundamental para situar os processos deflagrados no campo da garimpagem de ouro a partir da década de 1950.

Em seguida, busca-se compreender os referidos processos a partir da ótica de dez ex-garimpeiros residentes na cidade de Santarém (PA), cujas idades variam entre 55 e 83 anos. Os primeiros interlocutores da pesquisa foram contatados por intermédio de um familiar de um dos autores, também ex-garimpeiro, e, a partir de então, indicaram os demais. Todos foram entrevistados entre 2016 e 2018, nas respectivas residências, e todas as entrevistas foram gravadas em suporte audiovisual.

A terceira seção, especificamente, destaca aspectos da trajetória do mais idoso dos entrevistados, cujo relato serve de fio condutor para introduzir mudanças ocorridas nos garimpos. A quarta seção mescla lembranças dos dez homens, que refletem dimensões subjetivas de suas vivências no ambiente de trabalho e das relações de sociabilidade que mantiveram em diferentes momentos da prática garimpeira e da própria trajetória de vida. Por meio

de seus relatos biográficos, são abordadas suas expectativas, as técnicas e as formas de interação cultivadas nas comunidades garimpeiras do rio Tapajós.

Considerando que a memória é sempre produzida no presente, sob a dialética da lembrança (Nora, 1993), as narrativas biográficas colhidas também refletem as condições em que os entrevistados enquadram o passado a partir do próprio processo de envelhecimento biológico e da mudança de status social que o acompanha (Elias, 2001). Além disso, os relatos registrados discorrem sobre experiências e episódios vivenciados em trajetórias individuais, mas que são comuns ao grupo, repetindo-se com pequenas variações. As lembranças de uns encontram apoio nas dos outros, e, juntas, remetem aos contextos políticos, aos marcos legais e aos problemas que historicamente circundam a mineração garimpeira no Tapajós (Halbwhachs, 1990).

Sob o pano de fundo das relações e técnicas de trabalho, a quinta seção analisa, de maneira secundária, como as moralidades, práticas e percepções do grupo social garimpeiro a respeito do uso dos recursos naturais colidiram com os novos paradigmas relativos ao meio ambiente a partir da década de 1970. A forma nababesca de consumo praticada em bares das corrutelas pelos garimpeiros, amparada na crença da infinitude do ouro no solo, os baixos índices educacionais, os recorrentes relatos de violência ocorridos nos garimpos, a maquinaria rudimentar de processamento do ouro, a intrepidez diante dos perigos de um ambiente inóspito e a insurgência frente às leis vigentes se tornaram as insígnias de referência do garimpo para a sociedade externa e para os órgãos de gestão ambiental. Esses fatores levaram a transformações no plano jurídico, com a criação de leis, decretos e portarias com objetivo

de controlar a modalidade produtiva exercida nos garimpos.

2. Políticas de desenvolvimento na Amazônia

As políticas de desenvolvimento deflagradas na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945), foram continuadas na gestão de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) e significativamente ampliadas durante o regime militar no Brasil (1964 - 1985). Os processos políticos vivenciados no país entre 1930 e 1985 marcaram o progressivo domínio do Estado sobre a região amazônica, caracterizando o que Becker (2007) chamou de período de planejamento regional. O elo entre as diferentes gestões mencionadas, a despeito das diferentes tendências políticas que representam, é a concepção ideológica da Amazônia como espaço vazio e, por isso, refratário ao controle estatal. Com base nessa visão, os sucessivos projetos para a região alegaram a necessidade de coibir supostas ameaças à soberania nacional no espaço amazônico, considerando-a local vulnerável a perdas territoriais e propícia a manifestações revolucionárias (Secreto, 2007).

A promoção da ocupação da Amazônia por meio de políticas imigratórias internas e externas, dirigidas a grupos considerados convenientes aos interesses nacionais, tornou-se, então, uma estratégia de diferentes governos (Guillen, 1997). Na gestão de Vargas, por exemplo, o programa Marcha para o Oeste buscou fomentar a integração econômica das regiões Norte e Centro-Oeste ao Sul e ao Sudeste do país por meio de investimentos em infraestrutura viária e em propagandas de atração de trabalhadores para o Norte (Secreto, 2007). Esse programa foi

usado no cumprimento dos Acordos de Washington, nos quais os Estados Unidos concederiam recursos e apoio técnico ao Brasil em troca de matérias-primas essenciais durante a Segunda Guerra Mundial, destacadamente a borracha. O governo investiu maciçamente no recrutamento de cerca de 40 mil trabalhadores para atuarem nos esforços de guerra, explorando os seringais da Amazônia, motivo pelo qual ficaram conhecidos como “soldados da borracha”. Em vez de armas, esses “soldados” empunhavam terçados para sangrar as seringueiras na chamada “Batalha da Borracha” (Guillen, 1997).

No curto interstício democrático vivenciado após o fim da Era Vargas, a planificação do desenvolvimento da Amazônia foi assumida pela Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953 para coordenar “medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa, agrícola, pecuária, mineral, industrial e das relações de troca” (Brasil, 1953, n.p). Já sob a presidência de Juscelino Kubistchek, as metas de industrialização do Brasil articularam-se à intensificação da ocupação da região. A abertura da Rodovia BR-14 (Belém-Brasília ou Transbrasiliana) foi um dos principais feitos do seu governo e, efetivamente, serviu à finalidade de atrair ocupantes e favorecer o crescimento de cidades ao longo de seu traçado, mas também propiciou a ocupação desordenada e a grilagem de terras, sem chegar a promover melhores condições de vida para as populações migrantes (Andrade, 2019).

As gestões militares subseqüentes intensificaram as políticas de controle territorial e ampliação da infraestrutura por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que substituiu a SPVEA em 1966. Diferentes pro-

gramas e projetos desenvolvimentistas foram implementados, entre os quais se destaca o Programa de Integração Nacional (PIN), que legou à região a Rodovia BR-230 (Transamazônica) - com seus mais de 4 mil quilômetros conectando os estados da Paraíba, do Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas - e a Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), que corta a área deste estudo.

A implementação de um conjunto de políticas de intervenção e reordenamento espacial na Amazônia, sem a compreensão profunda da região e das sociedades que nela viviam, deflagrou novas configurações territoriais, culturais e econômicas que, rapidamente, evoluíram para conflitos. Centenas de milhares de trabalhadores, atraídos por promessas de acesso à terra e melhoria de vida, abandonaram seus locais de origem e migraram para o Norte, conectando a uma região desconhecida seus projetos individuais e coletivos (Velho, 1994). Extensas redes sociais migratórias foram sedimentadas, favorecidas pela infraestrutura instalada, e a população da Amazônia saltou de um milhão para cinco milhões de pessoas entre 1950 e 1960 (Becker, 2007).

A grande massa de trabalhadores migrantes dominava técnicas de trabalho agrícola familiar e praticava o extrativismo vegetal e animal. No entanto a agricultura requeria intenso trabalho e resultava em baixo retorno financeiro diante da precária infraestrutura para escoamento da produção - problema que persiste atualmente. Foi nesse cenário que a garimpagem de ouro na bacia do Tapajós se tornou uma das maiores frentes econômicas do Pará nos anos 1960 e 1970. Com influência indireta das ações do Estado, a intensificação da exploração aurífera produziu novos modos de vida e de uso do território amazônico por nativos e migrantes.

Os distintos projetos de ocupação da fronteira amazônica podem ser compreendidos na perspectiva de José de Souza Martins (1996) a partir das noções de frente pioneira e frente de expansão. A frente pioneira, caracterizada pela racionalidade econômica, teve como principal responsável o governo, atuando na constituição das relações institucionais e políticas voltadas a atender às demandas de produção e lucro do grande capital. Já a frente de expansão caracteriza-se pelo avanço de diversos grupos populacionais sobre o território, entre eles os trabalhadores migrantes vindos para o garimpo, que carregam na bagagem crenças e valores próprios, e estabelecem vínculos sociais e relações de produção mercantil específicas. Diferentes modos de penetração na fronteira coexistem e interagem no território, muitas vezes, em condições de conflito e exploração, dada a colisão de interesses em relação ao uso da terra e dos recursos naturais (Martins, 1996).

De acordo com Salomão (1984), a relativa distância do centro do poder estatal e o baixo grau de normatização das atividades de garimpo contribuíram para a gênese de uma sociedade garimpeira amazônica que se desenvolveu com o aspecto de uma formação social oculta, estruturada sobre regras de comportamento e princípios éticos aceitos em relações de confiança e de informalidade, que norteavam as negociações, os acordos de trabalho e as articulações da vida cotidiana. Longe da Amazônia, contudo, o principal produto dessa formação social, o ouro, entrou no circuito de uma globalização secundária para atender a demandas de mercados das principais cidades do mundo (Knowles, 2014).

3. Breve biografia do garimpeiro A. J. C.

A. J. C. nasceu no Ceará e migrou para o Pará no final dos anos 1950, atraído pelas políticas então vigentes de ocupação da Amazônia. Estabeleceu-se, inicialmente, em uma colônia agrícola, mas, diante das dificuldades econômicas, mudou-se para a cidade de Santarém. Como não conseguiu arranjar emprego, partiu para o garimpo nos finais dos anos de 1950. Segundo ele, a descoberta de ouro na bacia do Tapajós espalhou-se rapidamente por meio da “fofoca”, levando muitos homens como ele a se tornarem garimpeiros, motivados pelo sonho de enriquecimento. Do sonho ele lembrou e narrou sofrimentos, desafiando o entrevistador a encontrar quem mais tivesse sofrido:

Se tiver um que sofreu como eu, acho que é bem pouco, porque eu sofri demais.

Eu nasci no Ceará, município de Frecheirinha. Criado sem pai, sofrendo, não tive estudo, só trabalhando. Hoje, estou com oitenta anos e nunca fui a um banco de escola para aprender meu nome. Apenas aprendi o nome, uma pessoa vinha aqui e acolá, aprendi ainda para não ser analfabeto de verdade. Com vinte anos vim aqui para o Pará. Comecei a trabalhar lá no Ceará com dez anos de idade, não tinha pai, só tinha a minha mãe, viúva. Vim aqui para o Pará e aqui ainda estou.

Eu, com dez anos, um homem lá em Frecheirinha, que era rico, fazendeiro, viu a nossa convivência trabalhando de roça. Eu mal podia arribar uma enxada para trabalhar... Ele pediu para a mamãe: “Dona Maria, me dê esse menino só para ficar lá no meu escritório, só para limpar umas coisinhas lá para mim. Vou gratificar ele bem”. Quando foi no dia do pagamento, no escritório dele, tinha muitos empregados, e eles viram que ele pagou o mesmo salário de um homem adulto para mim, com dez anos. Eu nunca fui criança de jogar peteca, nem disso, nem daquilo,

foi só trabalhando. Esse homem me deu essa garantia com um salário já com dez anos e todo mundo achou ruim. Ele falou: “Eu estou pagando essa criança pelo prestígio que ele tem, não é todo adulto que tem o prestígio dessa criança.” Ele bateu na minha cabeça e disse: “Meu filho, seja homem, você é criado sem seu pai, seja homem na sua vida que você vai para frente”. Graças a Deus, pela fala desse homem, que eu não tive do meu pai, eu continuei. Ele tinha engenho, fazia rapadura, aí ele me botou para trabalhar no engenho. Eu fiquei. Quando inteirei vinte anos eu vim embora para o Pará.

Rapaz, eu vim jogado aí num navio, o governo estava jogando gente naquele tempo, em 1958, por causa da seca. Vimos jogados aí, uns ficaram em Belém, outros ficaram em Santarém, outros foram para o rumo do Amazonas. Se espalharam por aí. Eu fiquei aqui e ainda estou. Criei a família toda aqui. Eu juntei com a mulher, que tinha sete filhos. Foram criados como meus filhos, mandei educar como meus filhos, estão tudo criado. A mulher depois morreu, ficou só a família, todos casados.

Quando cheguei aqui, fui para as colônias. Trabalhei muito no pesado na colônia, mas achei que não estava dando muito futuro. Naquele tempo, não tinha estrada, não tinha nada, vim para a cidade para ver se educava os filhos. Eu era analfabeto e queria ver se, pelo menos, educava os filhos. De fato, mandei educar tudinho. Vim da colônia para a cidade e vi que não tinha um emprego que desse para eu sobreviver, aí fui para o garimpo. Lá trabalhei muito no manual. Eu nunca trabalhei por conta, só trabalhava de meia com os donos. Trabalhei em um bocado de garimpo: no Crepori, Marupá, Água Preta, Mato Grosso, São José, Porto-Rico. Esses seis garimpos eu trabalhei. No manual, já no final estavam trabalhando com máquina, mas eu trabalhei bem pouco. Passei um bocado de ano nessa luta. Dando de comer aqui para onze pessoas e aluguel da casa para morar. Tudo isso eu fiz, para aguentar até hoje, graças a Deus. Estão tudo criado, tudo dono de si. Hoje estou morando

só eu e Deus.

O trabalho no garimpo era brabo demais. Eu passava uma semana bom, na outra eu estava doente de malária. Era desse jeito. Às vezes, dentro do barranco, dava malária lá dentro que não podia sair. Os que estavam bons me tiravam, jogavam para fora e me levavam para o barraco. Era luta. Era muito pesado. Mas onde eu fui arrumar um troquinho para comprar uma barraca aqui em Santarém foi lá no garimpo. Hoje ainda tenho minha barraca.

No trabalho manual era na pá, na peola¹, picareta, bateia, cuia. A gente marca uma quadrazinha de um barranco e vai cavar. Cansei de quando era para desgrotar, porque jorra água. Quando eu entrava lá, eu era muito pequeno, e a água estava dando quase no meu pescoço, eu ia desgrotartudinho na lata. Tinha dia que eu passava o dia todinho só desgrotando a água, já quase à noite que ia trabalhar um pouquinho para cavar outro pedaço. Era muito sacrificoso.

A gente ia pegar as coisas na corrutela, botava no jamanxim, subia duas três horas de viagem para chegar lá onde estava trabalhando, era assim, o negócio não era fácil, não. Quando o cara perguntava: “E aí, A., esse negócio de garimpo é bom?”. Eu dizia: Rapaz, é para gente meio doida, que não tem medo de morrer qualquer hora, porque lá morre de doença, de bala, de todo jeito. Se você trabalhar direitinho por lá você leva a vida, mas se você for um cara meio enjoado, fica logo enterrado por lá mesmo”. Eu graças a Deus arrumei muita amizade. Trabalhei doze anos lá dentro do garimpo. Foi onde eu fui ganhar um troco, que eu fui fazer minha propriedade, aí eu vim embora e foi o tempo que eu fiquei trabalhando na cidade mesmo. Mas foi começado tudo pelo garimpo.

Eu fui parar na corrutela no garimpo do São José, no Pacu. Lá foi que eu vim parar de andar pelos matos. Lá comprei um lugarzinho, no garimpo mesmo, fiz uma casa, montei um restaurante e um bar. Foi assim que eu parei em corrutela. Quando eu trabalhava, eu ficava era no meu barraquinho. O ourinho que eu arranjava mandava para Santarém. Nunca gastei

¹ Equipamento em formato de pá, porém com área metálica menor, utilizada pelos garimpeiros para retirar a liga de barro dos barrancos. Os garimpeiros não usam pás convencionais devido ao peso da liga no instrumento, que, por ter uma área metálica grande, abarca maior volume de material e dificulta a realização do movimento correto de escavação ao retirar o rejeito, fator que pode causar lesões nas costas do trabalhador.

meu dinheiro à toa. Não dava para gastar mesmo. Garimpeiro chegava e dizia: “Porra, T., tu só quer ser colonheiro mesmo, não quer ser garimpeiro. Não te vejo com uma pulseira de ouro, com cordão de ouro, nem nada, o que é isso rapaz?”. Digo: Rapaz, o meu não dá. Minha despesa é grande, eu estou dando conta da minha família. Se eu não tivesse dando conta, eu podia comprar o que eu quisesse, mas eu não gastei o que é meu à toa de jeito nenhum. Gastei com família mesmo.

Morreram muitas pessoas assim, que não ligavam para a vida. Pensavam que o mundo era deles. Pensavam: “Eu tiro três, quatro quilos, gasto e tiro outros de novo”. Mas não é assim. Desaparece, cadê? Eu não levei sorte porque eu trabalhava para os outros. Pegava uma terrinha, ia trabalhar, dava metade para o dono e metade era minha, e naquele tempo era muito trabalhoso, que era manual, passava de mês, dois meses, só para tirar um pedacinho de terra do tamanho disso aqui. O negócio não era fácil não.

Tem quem diga que o ouro é amaldiçoado, mas não é não, não tem nada de amaldiçoado. Amaldiçoada é a pessoa que não sabe empregar o que tem. Cansei de ver gente dizer que esses arigós vêm para o Pará sem nada e hoje têm uma besteirinha para um canto e outro, é porque são metidos e miseráveis. Não é. É porque ninguém gosta de pegar cem reais e gastar os cem reais dele todinho. Gaste cinquenta, nem que aquele cinquenta dê meio rasteiro, mas deixe os cinquenta. Um dia ele vai poder melhorar a situação, como tem gente que não tinha nada e hoje é empresário.

Eu não tenho porque o meu era só pesado. Não é brincadeira o cara passar o dia todinho, dava malária hoje, passava o dia e a noite com malária e, quando era no outro dia, ia quase se tremendo lá para trabalhar. Mal podia levantar a pá cheia de terra para jogar fora. Então a pessoa para aguentar tem que fazer papel de homem mesmo, porque senão vinha embora logo.

Se tiver um homem que já sofreu mais do que eu nesse mundo aqui de nascido, se tiver um que sofreu como eu, acho que é bem pouco, porque eu sofri demais. Eu estou vivendo porque eu não esmoreço, não. Eu estou com três anos que não trabalhei mais, a vontade

é doida, mas aí eu caio para um canto, para outro, vou para Alenquer, para as colônias, para Manaus e vou bolando por aí. Eu estou com três anos que não ganhei um centavo de negócio que eu fizesse. A mulher morreu, enterrou-se e não levou nada. Eu também já estou no final da picada eu não vou mais trabalhar. Quando morrer, morreu, acabou-se. Trabalhei demais, mas se for trabalhar eu trabalho (A. J. C., Ago.2017).

A narrativa de A. J. C. representa bem as expectativas cultivadas nos fluxos migratórios do Nordeste para a Amazônia e a confluência dessas expectativas para os garimpos da bacia do Tapajós, depois da descoberta de que o trabalho nas colônias era muito pesado e pouco compensador. Também expõe sentidos da masculinidade associados ao trabalho duro e à coragem de *gente meio doida, que não tem medo de morrer*, assim como os perigos enfrentados no garimpo, onde se morre *de doença, de bala, de todo jeito*. O relato ainda deixa entrever mudanças técnicas ocorridas na garimpagem - do modelo manual para o semimecanizado - que, além de exigirem novas habilidades aos garimpeiros, também implicaram alterações nas relações de trabalho e no regime de divisão pecuniária no garimpo.

4. Garimpagem manual e semimecanizada

Durante toda a década de 1960 e até o início dos anos 1970, quando grandes máquinas passaram a ser adotadas, o modelo predominante de exploração de ouro na Amazônia foi o manual, enquadrando-se substancialmente na tipificação da garimpagem dada pelo Código de Mineração de 1967:

[...] trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de pedras preciosas, semi-preciosas e minerais metálicos ou não metálicos, valiosos, em depósitos de eluvião ou aluvião, nos álveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiaras), vertentes e altos de morros; depósitos esses genericamente denominados garimpos (Brasil, 1967, n.p).

Em comparação com o modelo semimecanizado, o trabalho manual assegurava ao garimpeiro mais autonomia em relação ao conjunto de etapas do processo produtivo, permitindo-lhe exercer a atividade na condição de dono dos meios de produção e do próprio trabalho, servindo-se de baixos investimentos e farta matéria-prima disponível na floresta para confecção de instrumentos usados no processamento do minério.

O processo de garimpagem manual iniciava com a etapa de exploração, que consistia em uma expedição conduzida na floresta por garimpeiros experientes para desbravar áreas de solo rico em ouro visando a abertura de terrenos garimpáveis. Com terçados, eles abriam caminhos ou picadas na mata fechada, através das quais se locomoviam em busca de grotas, que são igarapés situados em áreas de declive, chamadas de “baixões”. Nessas áreas, os garimpeiros executariam a extração do ouro, como explicou o ex-garimpeiro P. A.:

A exploração funcionava assim. Você entrava mata adentro e procurava o ouro. Aqueles que andam testando o ouro. Cada prancheta que você fazia você guardava para mostrar para o dono. Quando

você chegava, mostrava para ele. Em cada área que nós achávamos no baixão, fazíamos uma marcação. Descascávamos o pau e fazíamos a marcação lá. Como se fosse ferro para dizer que já tem dono. O dono perguntava: “Em qual vocês achavam que tinha mais ouro?”. É esse aqui. “Então vocês vão levar uma turma para explorar”. Levava a turma e o pessoal começava a trabalhar. Pronto! Dali pra frente não era mais nossa alçada, já era dele. Ele se virava para lá e nós íamos explorar para outro lugar. Assim que era nossa vida. Exploração passava de 90 dias dentro do mato (P. A., ago. 2018).

Os exploradores entravam na floresta munidos com armas, cartuchos, farinha, sal, charque e instrumentos como pá, peola, cuia e bateia, todos armazenados dentro do jamanxim – uma espécie de mochila feita de cipó-titica, que é uma fibra longa, clara, resistente e flexível, e abundante na Amazônia. Baseados na própria experiência, quando encontravam um local propício à incidência de ouro, abriam uma prancheta, uma cova de mais ou menos 2m x 2m, para coletar amostras do cascalho. A quantidade de fagulhos – ouro em pó – encontrados no material coletado determinaria a abertura ou não de uma boca de serviço ou barranco². Para ilustrar o alto nível de habilidade analítica e experiência requerida para detectar um ambiente propício à exploração de ouro, o ex-garimpeiro J. L. conta que os fagulhos são do *tamanho do olho de um mosquito*.

Uma vez detectada uma área em que se estima haver minério³, iniciava-se o processo de escavação do barranco, onde atuavam até três trabalhadores. Primeiro esquadrejavam-se lotes de aproximadamente 5m x 5m ou 10m x 10m, que eram medidos com cipó-titica retirado na floresta. Depois de me-

² Boca de serviço ou barranco é o local onde os trabalhadores realizam a exploração do minério.

³ Se a área fosse considerada muito rica, rapidamente gerava-se a “fofoca”.

dido o terreno, retirava-se a “capa do lacrau”, uma camada superficial de terra na qual se encontravam inúmeros destroços como paus, pedras e raízes. Essa tarefa geralmente é destinada aos trabalhadores referidos como “brabos”, que são pouco experientes.

Em seguida, passava-se a escavar o barranco com um instrumento chamado peola, que se assemelha a uma pá e serve especificamente para retirada do barro. Nas palavras do ex-garimpeiro J., *é uma pazinha pequena de garimpeiro. É próprio para a gente jogar barro para cima. Ela só pega aquele tanto, não pega mais nem menos.* Enfiava-se a peola no chão e retirava-se o barro, camada por camada, até a profundidade limite que o utensílio fosse capaz de alcançar. Outro ex-garimpeiro, C. M., alerta que, nessa etapa de trabalho, não se pode errar os movimentos e é preciso garantir o esvaziamento de todo o barro apanhado na peola sob pena de ter lesões nas costas: *Já vi muito peão ficar imovelzinho no barranco com as costas rasgadas.*

A escavação do barranco leva de três dias a uma semana⁴, dependendo da profundidade do cascalho, que é a faixa em que ouro se encontra. *Ali onde ele é grudado tem uma goma, uma terra, ali está sintonizado o ouro, dentro daquelas pedras. É por isso, que chama cascalho, porque é o cascalho do ouro.* O garimpeiro J. identifica o cascalho quando o aspecto do solo escavado muda, revelando uma camada de terra com pedras, *tipo quem faz um piso de seixo*, como diz. Retirado todo o barro, resta apenas a camada do cascalho, que precisa ser

removido até se encontrar alagreira – uma camada de barro mole parecido com lama. Segundo J., *é bem molinho. Mole, mole, mole. Ele afunda. Ali, bateu na lagreza⁵, não tem mais ouro para baixo. Aquele ouro vai até em riba da lagreza* (J., fev. 2016).

Depois de removido, o cascalho é amontoado para ser processado na lontona ou caixa eclusa carpetada, uma peça artesanal confeccionada pelos próprios garimpeiros com madeira retirada na floresta.

A lontona é tipo uma porta, só que ela é maior que uma porta, ela dá umas três portas de comprimento, aí a gente bota uma tábuia assim de lado, baixinho, na base de uns 10cm. Ela é calafetada, porque não pode varar água de jeito nenhum, senão o ouro vai embora. A gente calafeta com mangueira, pega a mangueira, queima e bota nas brechas da tábuia. Quando acabar bota a sarrapilha e depois um carpete de 2m, perto de onde vai cair a bica com o cascalho. O carpete da largura dela. Entarisca, bota muito azougue ali. Uma base de umas 200g de azougue para poder o ouro, quando bater, o azougue pega o ouro. O azougue é para segurar o ouro (J. L., out. 2017).

Após o processamento na lontona, vem o momento da despescagem, que é a retirada do ouro preso no carpete ou na sarrapilha. Esses objetos são lavados com sabão em pó dentro de baldes, carotes de óleos, coxos ou caixas d’água. Dentro deles cai o ouro misturado ao azougue (denominação comum do mercúrio) e muita lama. Esses recipientes são então levados para as proximidades de um poço ou igarapé para que o material seja bateiado. Os

⁴ Fatores como chuva ou alagamento do barranco por infiltração sobrecarregam os trabalhadores, pois para dar continuidade às tarefas é necessário retirar com baldes toda água acumulada.

⁵ Camada do solo em que os garimpeiros identificam, pela textura, não haver mais ouro. É uma informação do limite para a escavação do barranco.

⁶ Na realidade, ambos os instrumentos são usados desde a prospecção até a apuração do ouro em meio aos detritos de barro e lama, sendo que a cuia processa menor quantidade de material e é mais empregada em prospecções de amostragem. Já a bateia, segundo Cleary (1992), é utilizada desde o século XVIII, quando era produzida com madeira dura.

instrumentos essenciais nessa etapa de trabalho são a bateia - objeto cônico feito de zinco⁶ - e a cuia - instrumento feito de aço no formato do fruto da árvore popularmente chamada cuieira (*Crescentia cujete*). É mais utilizada para testar amostras de rochas e porções menores de barro com ouro. Ambos são usados para lavar e retirar impurezas do material coletado, tudo com extremo cuidado, pois partículas muito pequenas do metal podem escapar à bateia caso falte destreza no movimento. Na apuração final do minério, deve restar apenas o ouro, ainda amalgamado ao azougue.

A etapa final é a queima. O material (ouro e azougue) é colocado na cuia e queimado com maçarico ou botijão a gás, para que o mercúrio evapore. O ouro efetivamente apurado seria então dividido. No trabalho manual, a partilha geralmente era realizada de forma igualitária entre os trabalhadores, ou, em caso de o barranco ter um dono, pagava-se a ele 10% da produção. Praticava-se também o regime de “meia praça”, no qual as despesas eram feitas pelo dono da área e o ouro extraído era dividido meio a meio.

Na década de 1970, com a valorização do ouro no mercado internacional, o uso de motores na mineração de pequena escala aumentou depois que foi apresentado aos trabalhadores brasileiros via assistência técnica do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). As máquinas já eram amplamente usadas na garimpagem desde os anos 1930, nos Estados Unidos, mas seus custos só puderam ser absorvidos na Amazônia diante da

acumulação do capital gerado pela alta dos preços do ouro no mercado externo (Cleary, 1992).

Em contrapartida, a introdução de maquinaria motorizada deu à mineração de pequena escala um tom mais empresarial, acentuando a divisão social do trabalho e a dualidade da relação entre os detentores dos meios de produção, de um lado, e da força de trabalho, de outro. O modelo de exploração aurífera então criado, semimecanizado, pode ser subdividido em pelo menos duas formas: a extração nos *baixões* ou barrancos, e exploração de balsa, executada no leito dos rios. No caso, o barranco ou a balsa tinham um dono que investia capital elevado, e, para ele, trabalhavam os peões. Com a introdução desse sistema, estabeleceram-se funções especializadas de acordo com a habilidade técnica de operar as diferentes máquinas, e a divisão do minério extraído passou a considerar faixas de 10% a 30% para o dono, dividindo-se o restante entre os trabalhadores.

A mudança estrutural nos processos e relações de trabalho parece ter sido incorporada com facilidade pelos garimpeiros que executavam o serviço manualmente. Em suas narrativas, eles ressaltam que o trabalho manual era muito sofrido, realmente penoso, e que, com o maquinário, era possível trabalhar uma área muito maior em menos tempo, ou seja, permitia aumentar a produção e os ganhos, mesmo que a porcentagem dividida entre o patrão e os trabalhadores lhes fosse menos favorável.

Na exploração semimecanizada de barranco, atuava uma equipe de quatro a seis trabalhadores por “par de máquinas”, isto é, uma bomba bico-jato⁷

⁷ Bomba hidráulica de alta pressão utilizada pelos garimpeiros para realizar o desmonte das paredes dos barrancos e direcionar o material com ouro para o poço da maraca para ser sugado para a Caixa eclusa carpetada.

⁸ Bocal maraca é uma peça de aço instalada na mangueira de sucção do material com ouro. Esse equipamento tem a função de evitar o entupimento da tubulação.

e uma bomba de sucção com bocal maraca⁸, duas máquinas potentes que consomem grandes quantidades de óleo diesel por hora. A primeira tem a função de cortar o barro com a pressão da água, e a segunda, a de sugar a terra para a caixa eclusa carpetada ou lontona. A bomba bico-jato é operada pelo jateiro, o garimpeiro especialista no seu manuseio, e a maraca, pelo maraqueiro. O ex-garimpeiro J. narra que, se o operador não manuseasse a maraca com destreza, ela entupia, quebrava, porque por ela passavam pedras, paus, uma série de destroços do barranco. Então, no barranco, trabalhavam também dois raizeiros, geralmente garimpeiros “brabos” a quem se atribuía a tarefa de catar paus e pedras que pudessem danificar a maraca⁹.

A garimpagem na modalidade balsa ou mergulho iniciou de forma pioneira na região do Tapajós e depois se expandiu para outras regiões de rios, principalmente o Crepori e o Tocantins, em meados da década de 1970 (Cleary, 1992). Esse modo de produção só foi possível a partir da introdução de motores no processo de trabalho, pois consiste na retirada do ouro contido em depósito aluvionar dos leitos dos rios. A balsa ancorava próximo à margem e descia o garimpeiro mergulhador, preso por um cabo de aço, com um colete com barras de chumbo pesando entre 10kg e 30kg, a uma profundidade de 4m a 8m e a uma distância de aproximadamente 12m da embarcação. Submerso, esse trabalhador operava a maraca para sucção do cascalho a ser levado para a caixa eclusa carpetada localizada sobre a balsa. O procedimento para pegar o ouro e apurá-lo era idêntico ao que se fazia no barranco,

com a diferença de que o curimã - o rejeito da exploração - era jogado diretamente no rio.

O trabalho nas balsas era feito por duas equipes que se revezavam em jornadas de seis horas, totalizando cerca de doze horas diárias. Cada equipe era composta por dois garimpeiros mergulhadores e um terceiro, responsável por monitorar as máquinas para enviar-lhes oxigênio e controlar a potência dos motores que eles usavam para desmontar o cascalho. Cada mergulhador ficava submerso por três ou quatro horas e, para se comunicar com o controlador da balsa, servia-se de um código de puxadas do cabo de aço. Para sair da água, por exemplo, balançava o cabo de aço até ser içado por um guincho até a superfície, tal qual um *defunto exumado*, nas palavras do ex-mergulhador C. M.

Os garimpeiros reconhecem a modalidade de trabalho na balsa como a mais perigosa. Nos relatos registrados, há vários casos de mergulhadores que morreram soterrados por barrancos devido à baixa visão no fundo do rio. Segundo eles, o garimpeiro perde a noção de profundidade e vai adentrando no buraco feito pela maraca, e há ocasiões em que as paredes do barranco desmoronam sobre o trabalhador. Além disso, o fato de ficarem submersos por longos períodos comprometia a saúde em pouco tempo de serviço. Também não havia controle sobre a qualidade dos equipamentos utilizados, que eventualmente apresentavam problemas e os colocavam em iminente risco de vida. Outra ameaça eram os assassinatos praticados no fundo rio por garimpeiros em disputa por zonas ricas em minério, sobretudo em áreas afamadas nas “fofocas” correntes.

⁹ De acordo com o J., uma equipe com mais de seis trabalhadores resultaria em rendimentos baixos para todos, porque a porcentagem que lhes cabia era dividida igualmente entre eles, independentemente de serem mais ou menos experientes.

5. Políticas ambientais e os rumos da garimpagem no Tapajós

As mudanças técnicas ocorridas na garimpagem do ouro a partir dos anos 1970 expandiram a capacidade de extração do minério e, proporcionalmente, os impactos ao meio ambiente. As bombas mecânicas afetaram extensas áreas de mata e destruíram igarapés e nascentes com a produção de milhões de metros cúbicos de rejeitos retirados dos barrancos. As balsas, por sua vez, poluíram os rios, removendo o leito e retornando a lama de descarte para as águas, o que causa assoreamento e modifica todo o seu sistema de corrente e profundidade¹⁰.

Outro grave problema ambiental produzido pela garimpagem é o grande volume de mercúrio (Hg) emitido na natureza. A mineração artesanal e de pequena escala é principal atividade responsável pelo uso de mercúrio no mundo (Esdaille; Chalker, 2018) e deposita cerca de 100 toneladas/ano desse metal na Floresta Amazônica (SÁ et al., 2006). O mercúrio descartado com os rejeitos da mineração se acumula nos solos, nos igarapés e nos rios, nos peixes e em outros suprimentos alimentares aquáticos, o que faz com os danos sejam ampliados e afetem a segurança alimentar das populações próximas às regiões garimpeiras. Ademais, a lida com o mercúrio é realizada, na maioria das vezes, sem equipamentos de proteção individual, podendo causar doenças neurológicas e renais tanto aos garimpeiros quanto a pessoas que vivam nas proximidades dos garimpos (Esdaille & Chalker, 2018).

No entanto, por mais de vinte anos, a garimpagem de ouro desenvolveu-se livremente na bacia do Tapajós, sem filtros à destruição ambiental que provocava. A partir de meados dos anos 1970, transformações globais afetaram as relações entre Estado, economia e sociedade, reorganizando valores, territórios e a visão do meio natural como imprescindível à sobrevivência do homem no planeta (Castels, 2008). A pauta ambiental tornou-se tema de discussão internacional¹¹, e o Brasil, reunindo biomas com grande biodiversidade, notadamente a Amazônia, maior floresta tropical do mundo, ficou sob os holofotes internacionais no que se refere à proteção do meio ambiente.

Cabe ressaltar que o modelo de gestão estatal do território amazônico entre os anos 1930 e 1980 foi orientado por políticas de exploração dos recursos naturais como via para o crescimento econômico, sem grandes preocupações com os impactos ao meio ambiente (Ferreira; Salles, 2017). A mineração extensiva fazia parte dessa orientação política e recebia incentivo do governo para estruturar-se. Já a garimpagem, marginal a essa política econômica, consolidava-se distante do Estado e amparada em relações informais.

Assim mesmo, em 1979, a exploração aurífera artesanal conseguiu competir com a produção industrial e promover a maior corrida do ouro da história brasileira, mobilizando trabalhadores de todas as regiões do país (Cleary, 1992). Embora não haja números precisos, já que não havia um eficiente monitoramento de dados do setor, Cleary (1992) e Mathis *et al.* (1997), estimam cerca de 200 a 300

¹⁰ Mais recentemente, as retroscavadeiras impulsionaram o desflorestamento na Amazônia.

¹¹ A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia, é um marco do debate sobre o uso racional dos recursos naturais, que deflagrou propostas de reformulação de modelos econômicos baseados na intensa exploração do meio ambiente e pactos internacionais de sustentabilidade para conservação do planeta para gerações futuras e metas de redução de impactos ambientais.

mil trabalhadores atuando nos garimpos da região naquela época.

A mudança de postura global sobre o meio ambiente e as crescentes pressões internacionais, bem como a intensificação das demandas internas por parte de movimentos sociais, sociedade civil e organizações não governamentais, levaram o governo brasileiro a adotar, a partir dos anos 1980, políticas integradas de proteção ao meio ambiente. Essa mudança de orientação na política ambiental, bem como as mudanças de valores da sociedade em relação ao meio ambiente, incidiu diretamente sobre as relações de produção da garimpagem na Amazônia.

A garimpagem e os garimpeiros passaram a ser anacrônicos no projeto modernizador do país. O garimpo passou a figurar constantemente na mídia como uma ameaça aos modos tradicionais de vida na Amazônia, um lugar de ausências legais, altos índices de violência, conflitos ambientais, poluição dos rios, contaminação dos peixes por mercúrio, tecnologia ineficaz, exploração do trabalho e substituição (Tedesco, 2013). Esses elementos negativos tornaram-se definidores do imaginário social sobre os garimpos e os garimpeiros (Barbosa, 1991).

Em consequência, a regulação da mineração de pequena escala passou por atualizações com a edição de decretos, portarias e leis específicas a fim de alinhar o setor aos preceitos modernos da política ambiental. A garimpagem ganhou estatuto diferenciado na Constituição de 1988, com regulamentação e controle da União, sendo permitida a exploração de jazimento mineral a pessoas físicas,

porém preferencialmente em forma associativa por cooperativas, com o objetivo de garantir a proteção ao meio ambiente e a integridade social e econômica dos garimpeiros¹² (Brasil, 1988).

Para tornar a garimpagem consoante à Constituição, foi criada, em 1989, a Lei do Regime de Lavra Garimpeira, que extinguiu o regime de matrícula garimpeira e instituiu o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) para a mineração de pequena escala. Para os efeitos da lei, o regime de PLG tratou do “aproveitamento imediato de jazimento mineral que, por sua natureza, dimensão, localização e utilização econômica, possa ser lavrado, independentemente de prévios trabalhos de pesquisa, porém dependendo de prévio licenciamento ambiental concedido por órgão ambiental competente” (Brasil, 1989, n.p). No novo marco legal, abandonou-se o conceito de tradicionalidade e rudimentariedade, historicamente atrelado à garimpagem, e essa atividade passou a ser definida de acordo com parâmetros de localização dos minérios no solo e com os tipos minerais passíveis de serem lavrados (Brasil, 2020).

Em suma, a mineração garimpeira foi tratada em diversos dispositivos jurídicos que vislumbram o controle da produção e da liberação de áreas garimpáveis, bem como a proteção dos trabalhadores e do meio ambiente. Entretanto a ineficácia dos mecanismos de controle criados gerou um abismo entre a legislação e a prática desenvolvida nos garimpos do Tapajós e da Amazônia, em geral. Sousa *et al.*, (2011), em análise da regulamentação da mineração de pequena escala no Brasil, destacam que 99%

¹² No art. 174, §3º, reforçou o estímulo à atividade garimpeira na forma associativa, preocupando-se com a promoção econômica e social dos garimpeiros e a proteção ao meio ambiente. O incentivo ao cooperativismo foi mencionado no §4º do mesmo artigo:[...] as cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21, XXV, na forma da lei (Brasil, 1988).

dos garimpeiros da região atuam na ilegalidade. Os autores apontam diversos problemas históricos que impedem tal modalidade de mineração de alcançar o patamar legal e se desenvolver como setor econômico, entre os quais: regulamentações inadequadas à realidade dos garimpos e garimpeiros da região; pouca vontade política do Estado no sentido de oferecer suporte técnico e inovação tecnológica aos garimpeiros; precária infraestrutura dos órgãos responsáveis por fiscalizar e controlar a produção; e falta de incentivos e condições para que os garimpeiros consigam cumprir os requisitos das leis.

Tais fatores colocam o setor econômico da garimpagem em condição paradoxal. Por um lado, o setor mobiliza centenas de milhares de trabalhadores, que extraem toneladas de ouro todos os anos, movimentando milhões de reais, contribuindo com importante fatia do PIB de vários municípios amazônicos, e interliga-se a uma cadeia produtiva complexa, vinculada a mercados locais e globais de moda, luxo e de investimento de ativos financeiros em bolsa de valores (Kuramoto, 2012). Por outro lado, o setor é condicionado à informalidade e à ilegalidade, dada a ineficácia das políticas de controle e regulação da mineração de pequena escala.

6. Considerações finais

O desenvolvimento da frente econômica garimpeira na bacia do Tapajós foi impulsionado por descobertas de jazidas de ouro na região sudoeste do Pará, mas também pelas ações geopolíticas de integração e ocupação da Amazônia praticadas desde Getúlio Vargas (1930 - 1945), Juscelino Kubistchek (1956 - 1961) e significativamente ampliadas durante o regime militar no Brasil (1964

- 1985). Essas ações produziram novas fronteiras e estimularam movimentos migratórios de longa duração para a região.

A grande massa de trabalhadores, oriundos principalmente dos estados do Nordeste do país, migrou com a promessa de que, na Amazônia, encontraria terras fartas e férteis, e que lhes bastaria vontade de trabalhar para saírem da pobreza e alcançarem melhores condições de vida. A política desenvolvimentista do Estado brasileiro não garantiu as reais condições para o desenvolvimento socioeconômico da população migrante. Essas pessoas encontraram oportunidades em diversas frentes econômicas que se abriram na região, como o extrativismo da borracha e do cacau, o comércio de peles de animais silvestres, a agricultura e, já nos finais dos anos 1950, a garimpagem de ouro. Essa atividade passou a ser amplamente requisitada por esses trabalhadores, inclusive, a partir da década de 1970, tornou-se ela própria o motivo da migração, servindo como frente de atração de nordestinos, principalmente.

Ressalta-se que a trajetória biográfica da maioria dos migrantes deslocados para ocuparem a Amazônia é marcada por episódios de privações. São sujeitos que compartilham em comum, além da origem nordestina, a pobreza, o analfabetismo e a formação no trabalho da lavoura desde a infância. Nesse sentido, a estrutura social do garimpo se pôs como campo de possibilidade real ao projeto de enriquecimento e mudança de vida para esses homens e mulheres.

Esses elementos são tratados no relato biográfico do ex-garimpeiro A. J. C., que, sem formação educacional escolar e com a precoce morte do pai, precisou trabalhar desde criança para ajudar na renda familiar. Na juventude, em 1958, mudou-se do

Ceará para o Pará, atraído pela propaganda estatal de terras fartas e férteis para os que optassem pela migração. Em Santarém, vivenciou um cenário diferente do prometido. Atuou na agricultura e passou por dificuldades com as condições precárias para desenvolver e escoar sua produção. Com os baixos saldos, não conseguia manter a extensa família de onze filhos. Ao escutar a “fofoca” sobre a prosperidade do garimpo e as narrativas sobre pessoas que bamburraram com o ouro, tomou a decisão de tornar-se garimpeiro. A. J. C., iniciou sua jornada na mineração artesanal nos anos iniciais da fase moderna da garimpagem na Amazônia. Trabalhou principalmente no modelo de trabalho manual. Ele explicita com detalhes o sofrimento e as dificuldades do trabalho garimpeiro. Seu relato apresenta a transição da garimpagem manual para o modelo semimecanizado com a implantação das bombas bico-jato e maraca, e como essa transformação tecnológica impactou o modelo de produção aurífera, a organização econômica e as relações de trabalho da garimpagem.

A partir dos relatos de A. J. C. e de outros ex-garimpeiros, é possível identificar como foram tecidas as noções e práticas para a exploração dos recursos naturais. Nas narrativas, A. J. C. expressa rotinas de condutas nababescas de consumo dos garimpeiros nos bares, com vultosos gastos com garotas de programa e bebidas alcoólicas. Como ele diz, não havia preocupação em garantir reservas, e o consumo conspícuo tornou-se marca dos garimpeiros. Inclusive, A. J. C. era criticado pelos pares porque não se comportava como garimpeiro, não tinha práticas de consumo extravagantes, não portava pulseiras, cordões nem dentes de ouro. Tais condutas baseavam-se na compreensão de que o ouro era fácil, infinito e disponível a qualquer tem-

po, a depender apenas da sorte e da intensidade do trabalho do garimpeiro. Sobre esse último aspecto, o ex-garimpeiro P. A. explica que, *se o garimpeiro encontrar ouro em qualquer lugar, na montanha, no rio ou no barranco, ele move o que tem de mover, não importa o esforço, ele irá retirar o ouro.*

Essas práticas de consumo, a forma de exploração do ouro com grande volume de rejeitos e mercúrio dispensados na natureza, a percepção do recurso natural como infinito e o baixo índice de desenvolvimento socioeconômico das localidades garimpeiras colidiram com a nova ordem social instaurada a partir dos anos 1970. Com foco na preservação do meio ambiente, a nova ordem pautou mudanças baseadas no reconhecimento de que os recursos naturais são finitos e essenciais para continuidade da espécie humana no planeta.

O novo paradigma reorientou a postura das nações em relação ao meio ambiente, e diferentes Estados desenvolveram políticas e denso aparato jurídico para proteção da natureza. Nesse processo, o modelo de produção e as práticas sociais garimpeiras tornaram-se anacrônicos ao projeto de desenvolvimento do Brasil. Um conjunto de normas jurídicas, entidades e órgãos públicos foi criado no país com o objetivo de preservar o meio ambiente e de impor controle sobre as atividades que causassem grande impacto ambiental.

Novas configurações se impuseram ao modelo de exploração da garimpagem a partir de seu reconhecimento na Constituição de 1988. Destaca-se a regulamentação da atividade pela Lei do Regime de Lavra Garimpeira, de 1989, que instituiu o regime de Permissão de Lavra Garimpeira para a mineração de pequena escala. Entre outras disposições, essa lei definiu a atividade garimpeira, a dimensão da área passível de exploração para essa ativida-

de, tipificou os minérios garimpáveis e impôs ao permissionário (preferencialmente estabelecido de forma associativa) a obrigatoriedade de avaliação de impacto ambiental aos danos que a lavra viesse causar ao meio ambiente.

Em síntese, a evolução da regulamentação atribuiu aos garimpeiros uma série de requisitos no cumprimento de ritos jurídicos e estudos técnicos que demandavam altos recursos financeiros e tempo. Para os garimpeiros em atividade na bacia do Tapajós, cujo perfil é retratado neste artigo com o relato do senhor A. J. C., tais requisitos foram praticamente inalcançáveis. Dessa maneira, cerca de 99% dos garimpos da região permaneceram em situação informal e clandestina, distante do controle técnico e jurídico do Estado (Sousa *et al.*, 2011). Ou seja, a lei, em vez de partir da realidade dos garimpos a fim de estabelecer condições mais seguras para o exercício da mineração de pequena escala, do ponto de vista ambiental tanto quanto profissional, extremou a condição de ilegalidade dos trabalhadores na garimpagem.

Referências

- Andrade, R. D. P. Vencidas a distância e floresta!: A Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. *Tempo*, 25, 363-381, 2019. doi: /10.1590/TEM-1980-542X2019V250204
- Barbosa, L. Garimpo e meio ambiente: águas as sagradas e águas profanas. *Revista. Estudos Históricos*, 4, 229-243, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2320/1459>
- Becker, B.K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio, Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- Brasil. Mineração ilegal de ouro na Amazônia: marcos jurídicos e questões controversas. Ministério Público Federal, Brasília, 2020.
- Brasil. *Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989*. Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências. Brasília: DOU de 18/07/1989.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: D.O.U de 05/10/1988.
- Brasil. *Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967*. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas). Brasília: DOU 28/2/1967.
- Brasil. *Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953*. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Brasília: DOU de 06/01/1953.
- Casttels, M. *Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- Cleary, D. *A garimpagem de ouro na Amazônia: uma abordagem antropológica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- Elias, N. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Esdaile, L. J.; Chalker, J. M. The mercury problem in artisanal and small-scale gold mining. *Chem. A European Journal*, 24, 6905-6916, 2018. doi: 10.1002/CHEM.201704840
- Ferreira, M. B. M.; Salles, A. O. T. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. *Revista de Economia*, 42, 40, 2017. doi:10.5380/RE.V42I2.54001
- Guillen, I. C. M. A batalha da borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, 0, 95-102, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301/24120>
- Halbwhachs, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- Knowles, C. Trajetórias de um chinelo: microcenas da globalização. *Contemporânea*, 4, 289-289, 2014. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/235/110>

-
- Kuramoto, J. Small-scale and informal mining: a big problem for Latin American states. Londres: ELLA, 2012. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08a60e5274a27b2000583/121129_ECO_ExtIn-dConMan_BRIEF4.pdf
- Martins, J. D. S. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, 8, 25-70, 1996. doi: /10.1590/TS.V8I1.86141
- Mathis, A. Garimpos de ouro na Amazônia: atores sociais, relações de trabalho e condições de vida. *Núcleo Altos Estudos Amazônicos*, 37, 1995. doi: /10.18542/PAPERS-NAEA.V4I1.11940
- Mathis, A.; Brito, D. C. de; Brüseke, F. J. *Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia*. Belém: Ceujup, 1. ed., 1997.
- Nora, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>
- Sá, A. L.; De Herculano, A. M.; Da Conceição, M.; Silveira, L. C. de L.; Martins, J. L.; Nascimento, D. O.; Crespo-López, M. E. Exposição humana ao mercúrio na região oeste do estado do Pará. *Revista Paraense de Medicina*, 20, 2006. doi: 10.5123/s0101-59072006000100004
- Salomão, E. P. Ofício e a condição de garimpar: em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil, in: Rocha, G. A. *Em busca do ouro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.
- Secreto, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Rev. Estudos Históricos*, 2, 115-135, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1288>
- Sousa, R.; Veiga, M.; Van Zyl, D.; Telmer, K.; Spiegel, S.; Selder, J. Policies and regulations for Brazil’s artisanal gold mining sector: analysis and recommendations. *Journal of Cleaner Production*, 19, 742-750, 2011. doi: 10.1016/J.JCLEPRO.2010.12.001
- Tedesco, L. L. *No trecho dos garimpos. Santa Catarina: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Rio Grande do Sul, Amsterdam, Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRGS, Vrije Universiteit Amsterdam, 2015.
- Velho, G. Trajetória individual e campo de possibilidades. *In: Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.